



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

30/05/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



A covid pode ser Acidente do Trabalho

Esse advogado entende que os Acidentes do Trabalho e as Doenças Laborais são diferentes dos outros acidentes ou doenças, simplesmente porque na sua ocorrência a vítima produzia riqueza para o seu patrão. E não é à toa que a história da doutrina infortunistica se relaciona diretamente com as indenizações devidas.

Os acidentes ocorridos no trabalho, especialmente com vítimas graves ou fatais, dificilmente são escondidos, mas, outros, especialmente as doenças, são bastante subnotificados. Com os valores iguais para os benefícios previdenciários ou acidentários, a partir de 1995, as subnotificações aumentaram e deixaram de ser questionadas. Sem qualquer diferença no valor dos benefícios por invalidez ou morte, não havia porque provar judicialmente o nexo causal entre a atividade e a doença, ou a contaminação. Com os novos e perversos cálculos definidos na EC 103/2019, diferenciados para os decorrentes de acidentes do trabalho, retorna o interesse na comprovação do nexo causal.

Quanto à covid, para os profissionais da saúde, na linha de frente no combate à pandemia, indiscutivelmente é doença profissional, equiparada a acidente do trabalho. Pois para os contaminados em razão das atividades que não foram suspensas, sem isolamento social no local de trabalho ou no transporte coletivo da empresa, é doença do trabalho, sem relação direta com a profissão, mas causada em razão das condições especiais para a realização do trabalho.

Saiba mais em: Coluna: Sergio Pardal Freudenthal. A Tribuna, segunda-feira 30 de maio.

Carestia, desmonte, estagnação e pandemia mostram um país à deriva

“O país está à deriva e a única ação executada pelo governo é entregar o que o dinheiro estrangeiro quer comprar: das riquezas minerais aos produtos agrícolas de exportação; de empresas de saneamento básico e distribuição de eletricidade a ações de empresas e títulos da dívida pública”, afirma o Dieese em boletim divulgado nesta sexta-feira (27). Para o instituto, a hegemonia neoliberal no país, “acelerada com golpe e fúria após 2016”, mostrou “incompatibilidade entre gerir a economia pela lógica do arrocho fiscal, monetário e de salários e alcançar níveis de crescimento econômico que permitam reduzir o desemprego, a miséria e a exclusão”.

No Brasil, a inflação crescente “é um dos aspectos mais devastadores para as condições de vida da classe trabalhadora”, segundo o Dieese. O IPCA, indicador oficial da inflação, soma 12,13% em 12 meses, maior taxa acumulada desde outubro de 2003. “As expectativas são de que o IPCA-IBGE acumule alta próxima de 8% em 2022, e que atinja 4% em 2023, sinalizando que os impactos da elevação de custos, que atingem a economia global, por aqui será sentido de forma ainda mais intensa, sobretudo pelos que vivem da remuneração do próprio trabalho.”

Além disso, a inflação compromete os resultados das negociações coletivas. Apenas no primeiro trimestre, 40% dos acordos e convenções coletivas pesquisados tiveram reajuste abaixo da inflação. Acima, apenas 29%.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 30 de maio.

Bloqueio do Orçamento pode ir a R\$ 14 bi; Educação e Saúde serão mais afetados

O bloqueio no Orçamento deve ficar próximo de R\$ 14 bilhões para incluir a previsão de reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo. O detalhamento sobre quais programas e ministérios vão ser mais atingidos ainda não foi fechado, e deve ser divulgado até segunda-feira, 30, mas a reportagem apurou que Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia devem ser os mais afetados.

O bloqueio é necessário para o governo cumprir o teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação. O valor deve ficar maior que os R\$ 8,2 bilhões anunciados na semana passada, porque já vai incluir a previsão de despesas de R\$ 6,3 bilhões com o aumento dos servidores. Com o R\$ 1,7 bilhão já contingenciado em março, o bloqueio total deve subir para quase R\$ 16 bilhões.

Números de quanto cada ministério terá de bloquear começaram a vazar depois que a equipe econômica enviou os primeiros ofícios aos ministérios. Em um deles, ao qual o Estadão teve acesso, Educação teria de cortar R\$ 3,2 bilhões; Ciência e Tecnologia, R\$ 2,9 bilhões; e Saúde, R\$ 2,5 bilhões.

O número final, no entanto, ainda pode mudar porque é praxe os ministros tentarem negociar um alívio.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 30 de maio.

Como falta de dinheiro prejudica inteligência e afeta decisões

É um quadro familiar nos últimos tempos: o orçamento está apertado e entrar no vermelho tem sido uma constante. Eis que surge um gasto inesperado. O carro quebrou e o conserto vai sair muito mais do que se pensava: R\$ 3.000.

O cérebro precisa arrumar uma saída: atrasa algumas contas para garantir o dinheiro do mecânico? Faz só o pagamento mínimo do cartão de crédito no mês? Pede um empréstimo para socorrer as finanças que já vinham pressionadas?

Independente do caminho escolhido, os esforços para se livrar de apuros financeiros —ou simplesmente sobreviver, caso de mais e mais famílias brasileiras— têm significativas consequências sobre a cognição.

É algo explicado pelo cientista comportamental Eldar Shafir, da universidade Princeton, nos Estados Unidos, e o economista Sendhil Mullainathan, de Harvard, em um livro de 2013 chamado *Escassez - Uma Nova Forma de Pensar a Falta de Recursos na Vida das Pessoas e nas Organizações* (editora Best Business).

Uma pesquisa recente da Serasa, no entanto, mostrou que 70% dos endividados com o cartão de crédito usaram essa forma de pagamento para comprar comida no supermercado. Ou seja, a maioria ficou com o nome sujo para garantir algo básico do dia a dia.

Em 2019, um levantamento da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) e do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) indicou que 67% dos consumidores brasileiros não conseguem guardar nada do que ganham.

Desse total, 40% justificou que a renda muito baixa não permitia a poupança. Mas muitos podem se perguntar: onde entra o esforço individual, a responsabilidade pessoal, para sair da pobreza? "Responsabilidade pessoal é importante. Mas não é suficiente se o contexto trabalha contra você", diz Shafir.

O cientista comportamental afirma que pessoas de baixa renda, de fato, desenvolvem uma sabedoria de sobrevivência contra condições adversas. "Mas é apenas uma questão de tempo, azar ou circunstâncias antes que o tombo venha novamente." O cérebro vai dar um passo em falso em algum momento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 29 de maio.

Caminhoneiros ameaçam paralisar

Os caminhoneiros estão insatisfeitos com o governo de Jair Bolsonaro. Segundo um dos líderes da categoria, Wallace Landim (Chorão), nova paralisação não foi descartada, já que os preços dos combustíveis seguem subindo. A informação é do Correio Braziliense.

Chorão foi entrevistado pelo portal. Segundo o líder da categoria, em razão da crise econômica, os trabalhadores ainda não querem fazer greve. "Mas com a situação em que o país está, e piorando cada vez mais, somos obrigados a fazer uma paralisação", afirma. Ele lembra que parte da categoria já está paralisando por falta de condições mínimas de trabalho.

Parte dos caminhoneiros não apoia a greve, pois não querem se posicionar contra Bolsonaro, visto que grande base eleitoral do presidente da República está dentro da categoria.

"Nossa luta não é contra o governo em si, eu mesmo fiz campanha para o presidente, votei nele. Na realidade, nós estamos cobrando que o chefe da Nação chame a responsabilidade dos preços dos combustíveis para ele mesmo", explica Chorão.

Para o líder dos caminhoneiros, Bolsonaro utilizou narrativa de que realmente era necessário mexer na política de preços da Petrobras, durante sua campanha. Porém, quando foi eleito, mudou o discurso. "A gente vem acompanhando a transferência de responsabilidade — tirando a culpa dele e colocando no Ministro de Minas e Energia e na própria Petrobras. Enquanto isso o povo fica sofrendo", ressalta.

As dificuldades orçamentárias, no entanto, dificultaram a concretização do projeto de Bolsonaro. Além disso, há o temor que a concessão de aumento maior a categorias específicas despertaria movimentos grevistas de carreiras que se sentissem injustiçadas.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 30 de maio.